



Use o QRCode para acessar o Caderno Cultural na Internet, com mais artigos e links citados.

Fé e Cidadania



Arte Jovenal Pereira sobre fotos de Vatican Media e Luciney Martins/O SÃO PAULO

10 anos com Francisco: ‘Não podemos deixar ninguém caído nas margens da vida’

Marli Pirozelli N. Silva*

Em julho de 2013, o Papa Francisco fez a primeira viagem de seu pontificado. Destino: Lampedusa, uma ilha ao sul da Itália, ponto mais próximo do continente africano, a 113km da costa tunisiana. Essa pequena ilha é a porta de entrada dos imigrantes que embarcam numa viagem arriscada em barcos precários e botes infláveis, permanecendo por dias à deriva, até que sejam socorridos pela guarda costeira.

O trajeto pelo Mediterrâneo torna-se um caminho de esperança, mas, também, de infortúnio, pois dezenas de pessoas sucumbem no decorrer da viagem, vítimas da fome, frio e de naufrágios, como o ocorrido em 2013, que vitimou cerca de 360 imigrantes. E este fluxo continua a existir. Estima-se que somente em 2021 chegaram ali 12 mil pessoas, em barcos, vindas da África.

A visita a Lampedusa e o encontro do Papa com os imigrantes e habitantes da cidade, longe de ser um fato midiático, foi uma manifestação de sua personalidade dinâmica e da concepção de Igreja que passaria a predominar em seu pontificado.

O Papa propõe uma Igreja em saída, que não espera ser procurada pelos necessitados, mas vai ao encontro daqueles que estão caídos nas margens da sociedade, descartados pelos sistemas econômicos vigentes, porque são

A frase do Papa Francisco que dá título a este artigo, escrita na Fratelli tutti (FT 68), bem explicita a paixão humana que move o Santo Padre. Como ser cristão e permanecer indiferente à dor de tantos nossos irmãos? Nunca será demais lembrar que essa não é uma opção ideológica, mas uma posição existencial que nasce do seguimento de Cristo – um convite para que nós mesmos, seguindo o caminho trilhado por Francisco, nos descubramos cada vez mais perto de Cristo.

idosos, doentes, indefesos ou não possuem capacidade produtiva para inserir-se na sociedade.

O Papa Francisco, vindo de uma grande cidade da América Latina, repleta de contrastes econômicos e sociais, escancarou uma das grandes janelas da Igreja, dirigindo nosso olhar para situações “invisíveis”, lembrando-nos de que o Cristianismo deve permear todos os contextos sociais e existenciais, alcançando principalmente os mais frágeis (pobres, nascituros, migrantes, refugiados, idosos, desempregados, sem teto, toxicodependentes, entre outros).

A insistência em exigir medidas internacionais para acabar com a pobreza e o cuidado para com os excluídos não é, portanto, uma opção

ideológica, mas uma opção evangélica e que sempre fez parte da prática pastoral do Papa.

Como sacerdote, Francisco percorria as periferias de Buenos Aires (*villas*), levando consigo jovens seminaristas para conhecerem de perto a pobreza e a realidade cruel das novas formas de escravidão (prostituição, adolescentes inseridos no tráfico, alcoolismo, entre outras mazelas). Ele lhes dizia que “só compartilhando a vida dos pobres, poderíamos descobrir as verdadeiras possibilidades da justiça no mundo opostas a uma justiça abstrata”

Atento aos novos contextos econômicos, sociais e culturais, Francisco procura identificar os mecanismos geradores das diferentes formas de ex-

clusão e convoca todos os homens de boa vontade a buscarem soluções para os grandes desafios atuais, sem excluir nenhuma contribuição.

De forma coerente, assumiu integralmente os princípios norteadores da Doutrina Social da Igreja (defesa da dignidade, bem comum, solidariedade e subsidiariedade) e sublinhou elementos tais como o cuidado com os mais frágeis, a misericórdia e a busca da fraternidade universal.

O Papa propõe uma Igreja que seja um sinal de caridade no mundo, algo que nos remete aos primeiros tempos: uma Igreja simples, solícita com as necessidades concretas das pessoas (assim foi instituída a diaconia), atenta aos mais frágeis, oferecendo proteção às viúvas e órfãos, visitando os presos, cuidando de cristãos e pagãos durante as grandes epidemias dos séculos I e II.

Esta é uma grande característica da proposta de Francisco: nenhuma abstração, nenhum valor apenas teórico, porque “Jesus quer que toquemos a miséria humana, que toquemos a carne sofridora dos outros” (*Evangelii gaudium*, EG 270).

* Professora universitária de Doutrina Social da Igreja, com especialização em Doutrina Social (PUC-Goiás), graduação em História e mestrado em Filosofia da Educação, ambos pela USP.



A encíclica *Fratelli tutti* e os refugiados e migrantes

Marco Antonio
Marques da Silva*

O século XXI trouxe situações complexas, difíceis e até aterrorizantes: viu-se que nada é perene, cristalino e concreto. Embora vivendo em uma sociedade globalizada e digital, as relações humanas parecem ter retrocedido. Vive-se o agora, o instantâneo, o imediato e apenas o momento. Os acontecimentos, os desastres, as guerras e as misérias humanas passaram a ser meras notícias, que se diluem com as próximas.

O mundo experimenta grandes mudanças, transformações e, especialmente, grandes dificuldades nos mais diversos pontos do globo. Tornou-se comum conviver com conflitos armados, a fome e a seca, impondo que o ser humano se desloque e seja empurrado de sua casa, de sua cidade, de seu país e até de sua própria vida.

A esse respeito, vale mencionar a encíclica *Fratelli tutti* (FT), escrita pelo Santo Padre, Papa Francisco, no ano de 2020, em que se aborda uma grande variedade de temas, conexos à ideia de aprofundamento da fraternidade e da amizade social à luz do Evangelho de Jesus Cristo, destacando-se a necessidade de eliminação de fronteiras entre as pessoas, a existência de conflitos e o medo, a globalização e o progresso sem um rumo comum, as pandemias, bem como as pessoas que são obrigadas a se refugiar ou imigrar.

Como registra o Papa Francisco, vive-se na atual conjuntura um dos mais perigosos momentos da humanidade desde a Segunda Guerra

O desrespeito aos refugiados, por violar a dignidade da pessoa humana, afronta todas as dimensões dos direitos fundamentais. Tais práticas, no mínimo, aniquilam o direito à liberdade e suprimem os direitos sociais. Pelo princípio da dignidade humana, todo ser humano deve ser reconhecido como membro da humanidade e ser tratado com respeito e consideração pelos demais indivíduos, grupos, organizações sociais e pelo Estado. Trata-se de princípios que devem orientar toda a humanidade, particularmente caros aos católicos, brilhantemente expostos na encíclica Fratelli tutti, do Papa Francisco.

Mundial, de modo que a humanidade parece ter chegado ao seu limite. Consoante escreve, “há regras econômicas que foram eficazes para o crescimento, mas não de igual modo para o desenvolvimento humano integral. Aumentou a riqueza, mas sem equidade e, assim, ‘nascem novas pobresas’ [*Caritas in veritate*, CV 22]” (FT 21). Em suas palavras:

“As guerras, os atentados, as perseguições por motivos raciais ou religiosos e tantas afrontas contra a dignidade humana são julgados de maneira diferente, segundo convenham ou não a certos interesses fundamentalmente econômicos: o que é verdade quando convém a uma pessoa poderosa, deixa de sê-lo quando já não a beneficia. Estas situações de violência vão-se multiplicando cruelmente em muitas regiões do mundo, a ponto de assumir os contornos daquela que se poderia chamar uma

terceira guerra mundial por pedaços” (FT 25).

Nesse contexto, a questão relacionada aos migrantes e refugiados, no sentido de serem acolhidos e tratados como seres humanos dignos e detentores de direitos, não pode ser entendida como um problema deste ou daquele país, mas como demanda de toda a humanidade, e não apenas do catolicismo, sendo necessário o combate a todo e qualquer tipo de discriminação e de intolerância.

Como ressalta o Papa Francisco na *Fratelli tutti*, apesar de ser propagado por alguns regimes populistas, a partir de leituras econômico-liberais, que se deve evitar a todo custo a chegada de pessoas migrantes, inclusive com limitação à ajuda para países pobres, tais afirmações, além de imprecisas, ignoram o fato de que migrantes e refugiados são seres humanos com a vida dilacerada (FT 37).

É necessário que se retome a noção de que se impõe respeitar a dignidade de cada pessoa humana, que isso implica respeito mútuo entre as pessoas, no ato da comunicação e na oposição a qualquer interferência indevida na vida privada pelo Estado. Tais direitos são inerentes, reconhecidos pelas pessoas, não podendo, portanto, ser desconhecidos ou negados pelo Estado. A este cabe, ainda, criar condições favoráveis para sua integral realização. Como aponta o Papa Francisco:

“Muitas vezes, constata-se que, de fato, os direitos humanos não são iguais para todos. O respeito destes direitos é condição preliminar para o próprio progresso econômico e social de um país. Quando a dignidade do homem é respeitada e os seus direitos são reconhecidos e garantidos, florescem também a criatividade e a audácia, podendo a pessoa humana explicar suas inúmeras iniciativas a favor do bem comum” (FT 22).

É preciso, portanto, não só colocar em prática os ensinamentos trazidos na encíclica em questão, mas, sobretudo, recordar-se das advertências feitas pelo Papa Francisco, para quem “cuidar do mundo que nos rodeia e sustenta significa cuidar de nós mesmos” e, mais do que isso, “precisamos nos constituirmos como um ‘nós’ que habita a casa comum”.

* Professor Titular da Faculdade de Direito da PUC-SP, Presidente da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (PUC-SP/ACNUR). É um dos coordenadores do livro “Refugiados, imigrantes e igualdade dos povos: estudos em homenagem a Antônio Guterres”. São Paulo: Quartier Latin, 2017

A população em situação de rua e a normalização do absurdo

Fernanda
Penteado Balera*

Em uma segunda-feira, por volta das 8h da manhã, José dormia enrolado em um cobertor quando foi acordado com um jato d'água. Ainda sem entender o que acontecia, se levantou-se rapidamente e, quando se deu conta, a mochila que usava para guardar seus poucos pertences pessoais havia desaparecido. Logo a viu na caçamba de um caminhão que trazia os dizeres "Limpeza Urbana". A cena aconteceu em São Paulo, mas poderia ser no Rio de Janeiro (RJ), em Recife (PE) ou em Curitiba (PR), já que todos os grandes centros urbanos compartilham dessa inaceitável realidade de milhares de pessoas que fazem da rua sua moradia.

O Decreto 7.053/2009, que institui a Política Nacional da População em Situação de Rua, define população em situação de rua como o "grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como mora-

Muitas vezes vista como mero elemento indesejável da paisagem urbana, a população em situação de rua não goza do mesmo grau de respeito e consideração conferido aos demais cidadãos, o que é incompatível com um Estado que tem entre seus objetivos fundamentais a erradicação da pobreza e a obrigação de realizar e concretizar direitos sociais. Para que sejam cumpridos esses objetivos em relação à população em situação de rua, é urgente a efetivação do direito social à moradia.

dia provisória". Em suma, quem está na rua é quem não tem casa, sendo esse o ponto central da definição.

O mesmo decreto determinou, ainda em 2009, que fosse instituída a contagem oficial da população em situação de rua em âmbito nacional, o que não se concretizou até o presente momento. A justificativa oficial é a complexidade de realizar contagem de população sem endereço fixo. Assim, a população em situação de rua continua invisível nos dados oficiais, o que prejudica a implementação de políticas públicas. Sem dados oficiais, resta-nos socorrer pelas estimativas. A mais recente delas, publicada pelo IPEA em dezembro de 2022, apontou crescimento de 38% da

população em situação de rua entre 2019 e 2022, chegando pelo menos a 281.472 pessoas.

Esse número inaceitável de pessoas que vivem nas ruas tem em comum, além da falta de moradia, o cotidiano marcado pela violência. Viver nas ruas apresenta-se como resultado de uma série de violações de direitos ao mesmo tempo em que enseja e potencializa novas violações. Por não ter garantido o seu direito à moradia, essas pessoas sofrem diversas outras violações. Leis que criminalizam a pobreza, construções que impedem que descansem nas ruas, operações de limpeza que subtraem seus pertences pessoais são apenas alguns dos exemplos das violações

à integridade física e psicológica de quem está em situação de rua.

A violência contra as pessoas em situação de rua também se revela no desprezo injustificado que sofrem por parte significativa da sociedade – no episódio do líder indígena Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo enquanto dormia em um ponto de ônibus em Brasília (DF) em 1997. Galdino não vivia nas ruas, mas foi confundido como tal, e, por estar dormindo numa via pública, alguns se sentiram autorizados a exterminá-lo. Um dos responsáveis pelo assassinato se justificou publicamente: "Desculpa, pensei que era um mendigo", como se tal confusão justificasse o ato hediondo.

A falta de moradia é um profundo atentado à dignidade, à inclusão social, ao direito à vida, à não discriminação, à saúde, à água, ao saneamento, à segurança e à vedação a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Não há superação da situação de rua sem acesso à moradia. Paremos de normalizar a vida nas ruas. Direito à moradia é direito fundamental básico e precisa ser tratado como tal.

* Advogada e Defensora Pública no estado de São Paulo

Desigualdade Social

Fabio Gallo*

A Agenda 2030 é um mapa de estratégico com os 17 objetivos e 169 metas buscando a identificação e a superação de desafios comuns a toda população mundial. Assim, refletir e, principalmente, agir sobre essa Agenda é uma obrigação de todos. Entre os objetivos estabelecidos é importante discutirmos, particularmente, o ODS número 10 – Redução das Desigualdades. Esse ODS tem a intenção de reduzir a desigualdade nos países e entre eles.

Destaca-se entre as metas estabelecidas a 10.2: "Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra."

O retrato mais amplo da desigualdade no mundo é o da condição econômica. No caso brasileiro, devemos lembrar que moramos num país que está no mesmo grupo de Lesoto, Botsuana, Moçambique e África do Sul, aquele dos países com os maiores Índices de Desigualdade do Mundo. Segundo a Oxfam International, no Brasil, 1% dos mais ricos detém mais de 49% da riqueza nacional, e esta-

Ao longo de toda a história, a humanidade conviveu com os mais variados tipos de obstáculos. A nossa evolução, porém, mostra força e capacidade de sobrevivência como seres humanos e permitiu que todos vivêssemos mais e melhor. Por mais que enxerguemos problemas, não podemos deixar de admitir que conquistamos muitos avanços, principalmente científicos. No entanto, ainda não podemos dizer que conquistamos a convivência em uma sociedade justa. O nosso avanço em diversos campos ainda não nos permitiu o amadurecimento social, não conseguimos eliminar as nossas desigualdades em suas mais variadas formas de expressão. Buscando superar essa situação, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, adotou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade. Contudo, como resumido no livro *Sustainable Development Goals and the Catholic Church: Catholic Social Teaching and the UN's Agenda 2030* (Abingdon, Inglaterra: Routledge, 2020), a Igreja Católica mesmo antes de 2015 já se manifestava sobre a temática.

mos entre os 20 países com mais super ricos. Nos Estados Unidos, o 1% no topo possui 35,1% da riqueza; na

China, mais de 30%; no Canadá, 25%; na França, 22%. Adicionalmente, segundo a Oxfam International, 1% das

pessoas mais ricas do mundo acelerou a mudança climática. Todos devem se envolver na superação dessa situação.

A Igreja Católica, sem dúvida, há muito está envolvida nessa questão. Na encíclica *Populorum progressio* (1967), do Papa Paulo VI, ela se envolveu intensamente no debate sobre o conceito de desenvolvimento. A ampla discussão sobre a realidade social foi iniciada em 1967 com a Pontifícia Comissão *Iustitia et Pax* (hoje, transformada em Dicasterio para a Promoção do Desenvolvimento Humano Integral). O envolvimento da Igreja Católica nas questões sociais também se reflete claramente nas encíclicas de orientação social do Papa João Paulo II, ou seja, *Laborem Exercens*, *Sollicitudo Rei Socialis* e *Centessimus Annus* e no *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. O compromisso da Igreja Católica em moldar uma visão de desenvolvimento global, sem dúvida, encontra seu ápice no conceito de ecologia integral proposto pelo Papa Francisco em sua encíclica *Laudato si'*.

* Professor da Fundação Getúlio Vargas - SP; foi professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Opinião

A missão da Igreja se restringe às almas?

Júlio César
de Paula Ribeiro*

“A Igreja, com a sua Doutrina Social, não só não se afasta da própria missão, mas lhe é rigorosamente fiel. A redenção realizada por Cristo e confiada à sua missão salvífica é certamente de ordem sobrenatural. [Mas...] O sobrenatural não deve ser concebido como uma entidade ou um espaço que começa onde termina o natural, mas como uma elevação deste, de modo que nada da ordem da criação e do humano é alheio ou excluído da ordem sobrenatural e teologal da fé e da graça” (CDSI 64).

“O homem todo — não uma alma separada ou um ser encerrado na sua individualidade, mas a pessoa e a sociedade das pessoas — fica implicado na economia salvífica do Evangelho.

Durante mais uma Campanha da Fraternidade, ressurgiu o discurso de que ela desvia a Igreja de sua missão. Esse discurso, porém, nada tem de católico, e isso deve ser ainda mais lembrado no décimo aniversário do pontificado de Francisco. O Magistério da Igreja nega a ideia de que sua missão se restringe às almas e que falar dos males sociais a desvia de seu caminho. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI), publicado no pontificado de São João Paulo II, pôs fim a esse tipo de discussão.

Portadora da mensagem de Encarnação e de Redenção do Evangelho, a Igreja não pode percorrer outra via: com a sua Doutrina Social e com a ação eficaz que ela ativa, não somente não falseia o seu rosto e a sua missão, mas é fiel a Cristo e se revela aos homens como ‘sacramento universal da salvação’ (CDSI 65).

A Doutrina Social “é Magistério autêntico, que exige a aceitação e a adesão por parte dos fiéis”, ainda que “o peso doutrinal dos vários ensinamentos e o assentimento que requerem devem ser ponderados em função da sua natureza, do seu grau de independência em relação a elementos contingentes e variáveis, e da frequência

com que são reafirmados” (CDSI 80).

Uma anedota conta que, ao ver a imagem de Nossa Senhora do Equilíbrio, São Paulo VI teria dito: “É disso que o mundo precisa”. Também São Tomás de Aquino afirmou que a virtude está no meio, ou seja, no equilíbrio. Somente com essa virtude é possível entender o Evangelho de Cristo e a Doutrina da Igreja. O mesmo Jesus que vinculou a salvação à obrigação de cuidar dos marginalizados, pobres e excluídos (Mt 25,31-47) disse que não só de pão vive o homem (Mt 4,4). Uma leitura parcial, somada ao extremismo, às ideologias e fanatismos da sociedade, produzem confusão. A solução? O equilíbrio.

* Psicólogo, mestrando em Ciências Sociais (UERJ), membro do movimento Comunhão Popular, colabora na página *Apostolado Ratzinger – Caritas In Veritate*.

O nordestino é, antes de tudo, um forte

Padre Alfredo José
Gonçalves, CS*

A famosa frase do título foi escrita por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, publicado em 1902, a partir das observações do autor, correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* na guerra de Canudos (1896-1897). Nem por isso o preconceito contra os nordestinos foi erradicado da cultura brasileira. Vez por outra, essa discriminação emerge com inusitada virulência, seja nas ruas, botecos e praças do cotidiano, seja na voz de alguma figura de destaque, como foi o caso de um vereador em Caxias do Sul (RS), tentando minimizar um gravíssimo caso de trabalho escravo.

Basta um rápido olhar sobre nossa história para confirmar a força e a resistência da população nordestina. Os

A pessoa humana, um grupo social ou regional, mede sua resistência e sua identidade na relação com o outro. Não basta uma coexistência mais ou menos harmoniosa, a simples justaposição de expressões culturais e religiosas ou uma convivência pacífica entre eles. A riqueza mútua e profunda vem da empatia, da depuração e da purificação que sofrem os valores e contravalores daqueles que se encontram. O outro se transforma em um espelho para nossa existência. “O outro tem algo a dizer não só sobre ele, mas de modo particular sobre nós mesmos”, diz o filósofo Gadamer. Frente a frente, uns em diálogo com os outros, é que se dá o processo sempre dinâmico da formação de identidade.

chamados “ciclos econômicos” se deveram em grande parte ao seu trabalho. O ciclo da borracha levou ao redor de 500 mil maranhenses e cearenses para a selva amazônica – trabalhadores transformados na população ribei-

nha de hoje. Os ciclos da cana-de-açúcar, do cacau, do algodão e do café contaram com não pouca mão de obra nordestina e afro-brasileira. As multidões de nordestinos e mineiros que se deslocaram para o centro-sul do País

medem-se aos milhões. A construção do eixo industrial Rio e São Paulo e da nova capital de Brasília reúne lágrimas, suor e sangue de sua gente.

Inúmeros nordestinos procuram escapar da pobreza e da dificuldade de levar para a família “o pão nosso de cada dia”. Chegados a uma nova terra de destino, empenham-se em superar suas carências e reconstruir o futuro. Longe da preguiça, carregam o empenho em vencer na vida. Ao trazer consigo a incerteza, a inquietude e a insegurança, tornam-se fator positivo de mudança econômica, social e política. O estado de precariedade em que se encontram pode levá-los a perdas ainda mais graves – mas pode igualmente fazer deles fortes lutadores que nos ensinam a alargar nossos horizontes.

* Pertence à Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos).

O gás para os descartados

Wagner Balera*

Um entre os itens a serem examinados de forma duradoura pela reforma tributária será o da incidência sobre os bens de consumo dos grupos vulneráveis. Em contrapartida, deverá ser revista a incidência sobre os mais aquinhoados. Enquanto esse momento não chega, é preciso ser mantido o programa do auxílio-gás, destinado às famílias de baixa renda. Muitas famílias pobres, cerca de cinco e meio milhões delas, estarão aptas a receber o auxílio-gás.

Dezesseis anos passados da morte de Dom Luciano Mendes de Almeida, e já em andamento a fase romana de seu processo de beatificação, vale

recordar algo que ele contou inúmeras vezes. Ao encontrar-se nas ruas da cidade com os descartados, esses não lhe pediam alimentos, passagens ou remédios. Pediam que lhes comprasse um

botijão de gás. Por que não se incluir o GLP na cesta básica, proposta que, de quando em vez, é formulada por aí?

Deixe para o final deste breve escrito a razão justificadora do título que lhe dei:

O principal item de consumo da família, quase um complemento da casa, é o fogão a gás, e aí começa a se delinear o problema do custo do gás. Com os efeitos da pandemia e da crise econômica global, muitas famílias, excluídas do mercado de trabalho, não contam mais com renda suficiente para adquirir o gás. A justa inclusão no mercado de trabalho permitiria, naturalmente, que eles auferissem remuneração suficiente para o custo da alimentação, que inclui o preparo e cozimento, portanto, a utilização do gás. Mas, para muitos descartados não é isso o que acontece.

o gás para os descartados. Boa parte dos programas sociais existentes segue esse mesmo padrão. São louváveis, claro, mas não cuidam do projeto maior da inclusão social. Atendem pontuais demandas dos descartados como que tentando mantê-los à tona na maré montante das inumeráveis tragédias que os atingem quase cotidianamente. E a política social que inclui os descartados? E o compromisso estampado na Constituição do Brasil com a erradicação da pobreza e da marginalização? E os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com sua abrangente pauta de inclusão? 2030, a data assinalada para o cumprimento de tal magno programa, é depois de amanhã!

* Coordenador do Núcleo de Estudos de Doutrina Social, Faculdade de Direito da PUC-SP